



SINOPSE DOU SEÇÃO 1



Atos do Poder Executivo

Decretos

Nº 9.784, de 7 de maio de 2019, que “Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos” (Citado Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal).

Nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”.

Presidência da República

Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro

Resolução

Nº 6, de 6 de maio de 2019, que “Dispõe sobre a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro”.

Ministério do Desenvolvimento Regional

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Resolução

Nº 12, de 4 de abril de 2019, que “Dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela SUDECO, com recursos alocados no Orçamento Geral da União”.

Ministério da Economia

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Portaria

Nº 422, de 6 de maio de 2019, que “Altera a Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, revoga a Portaria PGFN nº 741, de 14 de outubro de 2015, e dá outras providências” (Dispondo sobre o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos – RDCC).

Secretaria de Comércio Exterior

Portaria

Nº 11, de 7 de maio de 2019, que “Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011” (Versando sobre exame de similaridade entre produto nacional e o importado).

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

Provimento

Nº 6, de 3 de maio de 2019, que “Estabelece critérios para análise de Recurso Ordinário interposto contra decisão que cessar o benefício por incapacidade (Auxílio-doença previdenciário ou acidentário), nos casos de alta programada em



que não foram efetivados pedidos de prorrogação (PP) no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social, e dá outras providências”.

Secretaria Especial da Receita
Federal

Instrução Normativa **Nº 1.889, de 6 de maio de 2019**, que “Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis”.

Instituto nacional de Metrologia,
Qualidade e Tecnologia

Portaria **Nº 194, de 25 de abril de 2019**, que “Aprova ajustes à Portaria Inmetro nº 123, de 19 de março de 2014, que define os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos de Motocicletas, Motonetas, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos”.

Ministério de Minas e Energia

Gabinete do Ministro

Portaria **Nº 222, de 6 de maio de 2019**, estabelecendo as Diretrizes para a realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado "A-6", de 2019.